



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

IV

**Discurso do Senhor Presidente da
República, Itamar Franco, por ocasião da
instalação e posse dos membros da
Comissão de Investigação no Executivo.
Palácio do Planalto, 4 de fevereiro de 1994.**

Senhor Professor Cândido Antonio Mendes de Almeida,
Senhor Doutor Daniel Quintela Brandão,
Senhor Doutor Emerson Kapaz,
Senhor Ministro Evandro Gueiros Leite,
Senhor General Francisco Batista Torres de Mello,
Senhor Ministro Miguel Jeronymo Ferrante,
Senhor Doutor Modesto Souza Barros Carvalhosa,
Senhores Ministros de Estado,
Senhor Líder do Governo no Senado,
Dom Luciano Mendes,
Senhores Parlamentares,
Senhora Presidenta do Tribunal de Contas da União,
Senhoras e Senhores,
Moças e Moços,

Sinto-me constrangido em convocá-los para a tarefa de examinar os possíveis atos de corrupção na Administração da República. O Poder, sabem os senhores, é o mais grave dos ofícios humanos. Se ele nos traz momentos de satisfação, quando podemos sentir os resultados concretos do trabalho em favor da sociedade a que servimos, mais numerosos são os episódios de decepção. Temos que arrostar o malogro dos projetos de Governo, a incompreensão dos amigos, a impaciência dos correligionários e, até mesmo, a má-fé dos adver-

sários. Mas todos esses percalços são menos dolorosos do que a descoberta de atos delituosos na administração da coisa pública.

A terra será a utopia das utopias se um dia todos os homens souberem os limites de seus direitos e de suas liberdades, no confronto com as liberdades e os direitos alheios, e os respeitarem. Nesse dia que não veremos, as Leis serão dispensáveis e dispensáveis os instrumentos da justiça. Haverá, se esse dia chegar, a paz, o pão e a alegria para todos.

Mas assim não é, e o mais penoso dos deveres das sociedades políticas é o de estabelecer leis penais e as fazer cumprir. É o de vigiar para que não se toque no patrimônio de todos. É o de criar mecanismos de controle, a fim de impor o que devia ser natural, ou seja, o comportamento honrado dos servidores públicos.

Senhores,

Nós os convocamos, certos de que, com a sua conhecida folha de serviços prestados ao País, na cátedra, nos Tribunais, no serviço armado e no comando de empresas, poderão ajudar o Governo a sanear o Estado. Não é preciso repetir o que todos sabemos, a respeito da situação geral dos quadros administrativos federais. Há muitos anos que o Estado vem perdendo eficiência e, com isso, permitindo a vulnerabilidade de muitas de suas agências. Convenci-me de que só solicitando o concurso de homens independentes, de elevada qualidade profissional e de biografia inatacável, como os senhores, poderemos analisar e investigar, com isenção e rigor, as denúncias de corrupção que chegam ao nosso conhecimento.

A Nação conta com os senhores, e lhes será reconhecida. A única observação adicional que me toca fazer sobre a sua tarefa é a de que os meus auxiliares estão proibidos de tentar

influenciar as decisões dessa comissão. Ninguém, tenha em meu Governo a posição que tiver, está autorizado a falar em nome do Poder Executivo com esse propósito.

Não há, diante da responsabilidade que a Nação lhes outorga, tampouco imunidades. Todos os Ministérios, todas as empresas estatais, todas as fundações e autarquias, como, aliás, determina o instrumento legal da constituição do grupo, são obrigados a dar informações e a entregar cópias dos documentos que solicitarem.

Muito obrigado por aceitarem a missão. Sei que a cumprirão com o mesmo e penoso sentimento de responsabilidade que tive, ao convocá-los para nos ajudar a recuperar o sentido ético do Poder Administrativo.